



APROPRIAÇÕES POLÍTICAS DOS CORPOS: CONSTRUÇÃO DE SI, GÊNERO E SEXUALIDADE NO DISCURSO PSICANALÍTICO CONTEMPORÂNEO SOBRE A TRANSEXUALIDADE

Marcos de Jesus Oliveira¹

Dada a crescente influência do discurso psicanalítico nos debates hodiernos sobre os processos de subjetivação e de constituição do sujeito, o presente trabalho tem por objetivo analisar as incursões psicanalíticas contemporâneas sobre a transexualidade, de maneira a indicar os campos semânticos e as estruturas de significação específicos na arquitetura de suas formulações teóricas. Trata-se, para colocar em outros termos, de uma reflexão crítica a respeito do modo pelo qual a psicanálise contemporânea em seu discurso sobre a transexualidade institui a sexualidade como constitutiva da subjetividade, instaurando aí uma hermenêutica do sujeito em cujo interior está a individualização como parte desse processo de construção de si.

De início, é importante dizer que a história do desenvolvimento do conceito de transexualidade é, segundo Pierre-Henri Castel,² indissociável não apenas da oferta médica em termos de tecnologia, sobretudo a cirúrgica e a hormonal, mas também de um forte conflito entre as linhas teóricas que buscavam o fundamento na biologia humana (endocrinologistas, por exemplo), tendendo em grande parte a considerar o único ou o melhor tratamento a cirurgia, e as linhas representadas principalmente pela psicanálise cuja explicação se centrava em questões mais ligadas à origem psíquica, colocando-se, muitas vezes, contra a cirurgia. Embora complementares, sobretudo, entre os responsáveis por atender os pedidos de cirurgia de transgenitalização,³ as explicações calcadas em problemas fisiológicos e/ou anátomo-patológicos não serão contemplados em minha análise, visto que o objetivo é inquirir as condições sociais de possibilidade de construção da transexualidade enquanto fato essencialmente psíquico pelo discurso psicanalítico contemporâneo, indicando os campos semânticos e estruturas de significação por ele construídos.

Por essa razão, importa dizer que, antes de ser um inventário dos modos de representação da transexualidade no discurso psicanalítico contemporâneo, cuja origem é em geral atribuída à influência da interpretação de Freud sobre o comportamento patológico de Schreber em *Notas*

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília. E-mail: oliveiramark@yahoo.com.br

² CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). In: *Revista Brasileira de História*, 21 (41), 2001, pp. 77-111.

³ Cf. BENTO, Berenice. *A reinvenção do sexo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (1911) e à leitura posterior desse caso por Lacan, sobretudo, em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1959), se trata de evidenciar o quadro de inteligibilidade mediante o qual a psicanálise constrói a transexualidade como fenômeno psico-patológico. Para tanto, é preciso formular, desde já, o horizonte hermenêutico em que a análise estará ancorada, qual seja, sob que condições se pode falar de doença no domínio psicológico. Por meio dessa questão será possível reconhecer os pressupostos comuns na suposta heterogeneidade do discurso psicanalítico contemporâneo sobre a transexualidade.

Em *Doença mental e psicologia*, Michel Foucault aponta que a psicanálise contribuiu, decisivamente, para a construção discursiva da doença enquanto um fenômeno de ordem psíquica, extirpando-a de seu fundamento biológico. Freud introduziu duas grandes novidades na compreensão da doença em sua dimensão psicológica, a saber, a dimensão evolucionista, virtual e estrutural, e outra, a dimensão histórico-individual. Com relação à primeira, lembra Foucault:

Toda uma parte da obra de Freud é comentário das formas evolutivas da neurose. A história da libido, de seu desenvolvimento, de suas fixações sucessivas é como a compilação de virtualidades patológicas do indivíduo: cada tipo de neurose é um retorno a um estágio de evolução libidinal. E a psicanálise acreditou poder escrever uma psicologia da criança, fazendo uma patologia do adulto.⁴

Munidos, portanto, pela idéia de que os fenômenos psico-patológicos decorrem, em psicanálise, de conseqüências da história do indivíduo, fato bastante visível, sobretudo, nos chamados grandes “casos freudianos” – o caso Dora, o pequeno Hans, o homem dos lobos, o homem dos ratos, o presidente Schreber etc. –, passemos à análise do discurso psicanalítico contemporâneo sobre a transexualidade, de modo a identificar quais são os “personagens” que entram na explicação etiológica da transexualidade na perspectiva inaugurada pela psicanálise, isto é, evolutiva e histórico-individual. Sobre a hipótese de que o dimorfismo sexual é, desde Freud, representado como as linhas que organizam e estruturam as montagens e os limites da subjetividade desejante, pretendo desenvolver a idéia de que a teoria da diferença sexual, em psicanálise, tem na família ou, melhor, no imaginário familiarista, seu ponto de apóio estratégico, dada sua possível articulação ao poder disciplinar e, como conseqüência, a práticas de normatização e de controle.

Da transexualidade no discurso psicanalítico contemporâneo

Começo minha análise sobre a construção da transexualidade como um fenômeno psico-patológico a partir da obra *A experiência transexual*, de Robert Stoller. Embora a obra de Stoller

⁴ FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 27.



tenha se tornado uma das referências obrigatórias para os profissionais do campo psi,⁵ a escolha é aleatória. Conforme foi dito, minha análise não pretende ser inventário cronológico dos modos de representação da transexualidade na psicanálise, mas antes uma análise dos denominadores comuns sobre os quais o discurso psicanalítico se apóia. Por essa razão, não adoto o pressuposto de que as posições teórico-clínicas sobre a transexualidade podem ser agrupadas em duas grandes correntes, quais sejam, as que seguem as teorizações do já citado psicanalista norte-americano Robert Stoller, e os que se apóiam nas postuladas pelo psicanalista francês Jacques Lacan.⁶ Da perspectiva que pretendo desenvolver, ambas teorizações estão ancoradas em pressupostos semelhantes, o que torna a divisão insatisfatória para os objetivos a que me propus.

Posto isto, convém assinalar que, para Robert Stoller,⁷ a gênese da transexualidade está, intimamente, ligada à dinâmica familiar, em especial à relação mãe/bebê. É no movimento conflitante das identificações e desidentificações que as identidades de gênero serão construídas.⁸ Masculinidade e feminilidade não ocorrem de forma natural, mas são antes o resultado de jogos conflitivos, cuja resolução adequada se dará apenas se a mãe viabilizar o estabelecimento e solução do conflito de Édipo. Segundo Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis,⁹ o complexo de Édipo é um conjunto de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos seus pais. O menino desenvolve uma catexia objetual pela mãe, de onde passa a ter sentimentos hostis pelo pai e o desejo de livrar-se dele. No menino, a dissolução adequada do complexo de Édipo se dá pela ameaça da castração, cujos efeitos são o abandono da catexia objetual da mãe e a intensificação de sua identificação com o pai, consolidando sua masculinidade. Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas se passa o contrário, isto é, o Édipo se inicia com o complexo de castração. A menina, ao se perceber castrada, aceita a castração como um fato consumado, alimentando uma inveja pelo pênis, cuja resolução adequada culmina em um desejo de ter um bebê como compensação a sua falta fálica.

Nos termos acima, a entrada no conflito de Édipo é a condição *sine qua non* para a constituição harmônica entre identidade sexual (macho/fêmea) e identidade de gênero (sentimento de masculino ou feminino). Se a mãe não conseguiu resolver seu próprio complexo de castração,

⁵ Cf. BENTO, Berenice. “Da transexualidade oficial às transexualidades”. In: PISCITELLI, Adriana et al (orgs.). *Sexualidade e saberes: saberes e convenções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

⁶ Cf., por exemplo, CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

⁷ STOLLER, Robert. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

⁸ Cf. PERSON, Ethel S.; OVESEY, Lionel. “Teorias psicanalíticas de identidade de gênero”. In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999.

⁹ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 77



acaba por tratar seu filho como seu falo, gerando uma relação de simbiose extrema entre ela e ele, de tal modo que, excluindo a figura paterna, o complexo de Édipo não se instaura. Segundo Stoller, nas mães dos transexuais encontramos:

uma aceitação extática porque este [a criança] é o seu fálus guardado como tesouro; uma simbiose excessivamente próxima, feliz e prolongada, e um resultante distúrbio profundo no ego corporal da criança, pelo que ele se sente, como sendo de alguma forma mulher, apesar de ter conhecimento de que é um homem. Essas mães não cumprem seu papel auxiliando a separação de seus filhos de seus corpos e desencorajando os primeiros passos do menino em direção ao comportamento masculino. Elas não apenas reforçam a identificação de seus filhos com a feminilidade, mas também impedem aquilo que Greenson chama de “desidentificação”, o fato de os meninos se livrarem dos vínculos excessivos das identificações femininas.¹⁰

A suposta ênfase posta por Stoller nos aspectos imaginários será motivo de crítica por Moustapha Safouan,¹¹ cuja teorização remete à formulação do complexo de Édipo e ao efeito estruturante da metáfora paterna, nos termos propostos por Jacques Lacan. A crítica de Safouan a Stoller encontra seu fundamento na afirmação lacaniana de que “Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai.”¹² Segundo a psicanálise lacaniana, a experiência de perda induzida pelo interdito do incesto representa a condição *sine qua non* de emergência do sujeito e de sua inscrição no registro da linguagem e do desejo, visto que dela resulta o recalçamento da relação primária com o corpo materno. O complexo de Édipo é, dessa perspectiva, “aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assuma um certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo.”¹³

Assim, o sujeito é uma construção, produzido pela lei que proíbe o incesto e impõe o deslocamento metonímico do desejo. Essa operação pela qual um significante, denominado por Lacan de Nome-do-Pai, cuja significação é ignorada pelo sujeito, mas sem o qual estaria fadado à psicose,¹⁴ faz surgir o falo, que tem por função mediatizar a relação da criança com a mãe, desempenhando aí um papel fundamentalmente estruturante. Como “significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado”,¹⁵ o falo é o representante da falta que organiza a disparidade dos sexos e articula o desejo. Como elemento simbolizador, cuja função é

¹⁰ STOLLER, Robert. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982, p. 54.

¹¹ SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo*: introdução a uma teoria do sujeito. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹² LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 171.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 171.

¹⁴ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3: as psicoses [1955-1956]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.

¹⁵ LACAN, Jacques. “A significação do falo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990, p. 697.



limitar o acesso do sujeito à totalidade do gozo, o falo se encontra, portanto, indissolúvelmente, vinculado ao complexo de castração inconsciente.

Sobre essas bases, Catherine Millot, em seu livro *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*, afirma que a psicanálise lacaniana fornece várias formalizações que servem também como chaves utilizáveis para se apreender o fenômeno transexual. Essas formalizações, segundo a autora, pertencem a tempos diferentes de sua elaboração teórica, mas verificam-se igualmente operatórias e complementares. Relembrando o caso Schreber, a autora distingue os sintomas do juiz alemão daqueles encontrados em pessoas transexuais hoje em dia. Segundo a psicanalista, “o transexualismo puro não comporta sintomas psicóticos, no sentido psiquiátrico do termo.”¹⁶ No esforço de determinar o fundamento metapsicológico que distingue a transexualidade como fenômeno puro de outras manifestações patológicas, isto é, “o sintoma transexual, *stricto sensu*, (convicção e demanda de transformação)”,¹⁷ Millot diz, sobretudo, com relação ao transexual masculino, que o sintoma transexual “corresponde à tentativa de aliviar a carência do Nome-do-Pai, ou seja, de colocar um limite, um ponto de parada, de suspender a função fálica.”¹⁸ Ao vincular a transexualidade à problemática fálica, a autora consagra o triângulo edípico como matriz simbólica irreduzível da identificação dos sujeitos, colocando, aí, a diferença sexual no cerne da questão.

Assim, a “posição transexual” seria uma tentativa de “fazer do corpo um puro falo”¹⁹, cujo efeito decorre, à semelhança do argumento de Stoller, do fato da mãe procurar “pôr a criança na posição do falo que lhe falta”.²⁰ Nesse sentido, a transexualidade está, diretamente, ligada à problemática fálica, isto é, à confusão entre órgão e falo. Em outras palavras, “o transexual, se nascido macho, tem um pênis mas não leva em conta o valor fálico do órgão enquanto instrumento; e se nascida fêmea, não leva em conta o valor da falta fálica”.²¹ Dessa perspectiva, pênis e vagina seriam significantes puros; daí, o desejo pela operação, supostamente presente em todos os transexuais. Sob um horizonte hermenêutico semelhante, Frignet, operando uma distinção entre transexual e transexualista, cujos contornos estão bem próximos da noção de “transexuais verdadeiros” preconizada por autores como Henry Benjamin e Robert Stoller, afirma que os transexuais sofreriam de uma psicose, ao passo que nos transexualistas o transexualismo “é, antes

¹⁶ MILLOT, Catherine. *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 36.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 36.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 36.

¹⁹ POMMIER, Gérard. “Existe uma distribuição lógica das homossexualidades?” In: *A clínica lacaniana: as homossexualidades*. Revista Internacional, n.º4. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005, p. 37.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 38.

²¹ PENACCHI, Rosely. “Transexualismo”. In: VIVIANI, Alejandro Luis. *Temas da clínica psicanalítica*. São Paulo: Experimento, 1998, p. 134.



de tudo, uma resposta, de modo exacerbado (...) à recusa social da diferença dos sexos doravante identificáveis em nossas culturas.”²² Na obra desse autor, a idéia de que a diferença sexual é um dado físico bruto e irredutível subjaz suas concepções sobre a constituição do sujeito:

(...) as ferramentas da psicanálise esclarecem uma estrutura que difere conforme se trate do transexual ou do transexualista. No primeiro, a ausência do reconhecimento do Falo proíbe todo estabelecimento da identidade sexual e não permite ao sujeito experimentar-se enquanto homem ou enquanto mulher: ele está realmente *fora do sexo*, e sua demanda para mudar de sexo concretiza na realidade o voto de uma integração na identidade sexual. No transexualista, ao contrário, o Falo é reconhecido, ele permitiu a instauração da identidade sexual. O problema surgiu na etapa seguinte, no nível da sexuação: ele não pôde ou não aceitou alinhar-se, no que diz respeito ao seu gozo, do lado masculino ou do lado feminino. (...) Em sua recusa de uma escolha sexuada governada pelo simbólico, o transexualista se entrega a confiança à fragilidade do imaginário, o da aparência.²³

Segundo a opinião de Frignet, a “recusa social da diferença dos sexos” encontrada nos transexuais tem nas ciências sociais de hoje sua força, já que, de acordo com ele, tem havido um “apagamento da noção de sexo, progressivamente substituída, sob a influência de teorias socioantropológicas recentes, pela noção de gênero”.²⁴ Essa perspectiva também é compartilhada por Colette Chiland, sobretudo, quando, incisivamente, a psicanalista francesa afirma:

Os sociólogos e feministas retomaram o termo “gênero”, que conhece desde então uma extensão considerável. Mas ocorreu um desvio, a ênfase foi posta no social, a tal ponto que o biológico foi esquecido e, depois, até mesmo recusado. (...) Só percebemos as realidades biológicas por meio das representações sociais que variam de acordo com o tempo e a cultura, proposição verdadeira. Mas as variações nas representações não impedem a existência do corpo desde sempre e a de uma diferença entre machos e fêmeas que pode ser designada como a “diferença sexual”. (...) Não se pode esconder a diferença sexual, sendo uma característica dos seres humanos tentar dar um sentido a esse fato bruto a que estão sujeitos.²⁵

A diferença sexual como dispositivo de controle sobre a transexualidade

Até aqui, fica claro que a “diferença sexual” é conceituada, na psicanálise, como as linhas que organizam e estruturam as montagens e os limites da subjetividade desejante. A “distinção anatômica entre os sexos”, para retomar a expressão freudiana, sempre teve um lugar de destaque na psicanálise, mas o uso desse conceito, cada vez mais recorrente nas discussões sobre as “novas” formas de subjetividade e de sociabilidade, entre as quais a transexualidade, conforme se exemplificou nos discursos, mas também em relação à adoção de crianças por pares homossexuais, tem constituído um novo campo de racionalidade, cuja função tem sido garantir a “ordem natural das coisas”. Observa-se aí que a diferença sexual deixa de ser um diferenciador social para se tornar uma diferença ontológica. Assim, passo à análise do discurso psicanalítico sobre a transexualidade à luz do conceito de dispositivo, cujo significado nos é indicado por Michel Foucault:

²² FRIGNET, Henri. *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002, p. 18.

²³ FRIGNET, 2002, p. 18

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 16.

²⁵ CHILAND, Colette. *O transexualismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 20-21.



um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.²⁶

É importante assinalar que o dispositivo é uma formação que, em um determinado momento histórico, tem a função de responder a uma urgência. Em outras palavras, o dispositivo repousa sobre sua função estratégica dominante. Parece não restar dúvidas, a partir da análise das obras dos psicanalistas sobre as quais me debrucei, de que o discurso psicanalítico sobre a diferença sexual aparece, de modo mais proeminente, no momento em que o dito fenômeno transexual se torna mais amplamente presente na sociedade contemporânea, seja a partir das crescentes demandas de cirurgias de transgenitalização, seja por meio da luta pelo reconhecimento de certos direitos na esfera jurídica. A estratégia do discurso psicanalítico se faz pelo estabelecimento de uma união íntima entre sexo e verdade, o que não é nenhuma novidade aos familiarizados com os textos foucaultianos.²⁷

Na psicanálise, não apenas o sexo verdadeiro da pessoa é buscado, mas também a verdade humana escondida entre os genitais ou em suas representações psíquicas. Fundado em “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”,²⁸ o dispositivo da diferença sexual funciona como um *point de capiton*, para retomar uma expressão lacaniana, isto é, como uma tentativa de estabelecer um significante mestre a partir do qual a sexualidade e, como conseqüência, a verdade sobre o sujeito se estabeleceria. O desenvolvimento teórico de Colette Chiland²⁹ é bastante emblemático de como a diferença sexual tem assumido uma centralidade cada vez maior no debate sobre as novas formas de subjetivação e de laços sociais da atualidade. A autora tem sido bastante categórica com relação à idéia de que a diferença entre os órgãos sexuais comanda as relações entre os sexos, bem como a experiência do próprio corpo, o ciclo sexual, a posição no coito, o papel na procriação etc. Por essa razão, argumenta que é “completamente irracional negar a existência da 'diferença sexual'. Todas as características psicológicas podem estar presentes num ou no outro sexo (...). Mas deriva da biologia, do corpo, algumas características que não se podem apagar.”³⁰

Assim, a invenção – repito, a invenção – da diferença sexual como um dispositivo de controle sobre as novas formas de subjetivação e de sociabilidade e, nos limites desse artigo, sobre

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 244.

²⁷ FOUCAULT, Michel. “O sexo verdadeiro”. In: *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 246.

²⁹ CHILLAND, Colette. *O sexo conduz o mundo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 100.



a transexualidade, parece, em termos foucaultianos, “responder a uma urgência”: a urgência de se pensar e de limitar o tecido relacional decorrente dos novos modos de subjetivação e de vínculos sociais da atualidade. Nesse cenário, a família ou, melhor, o imaginário familialista, se torna um dos elementos mais tácitos e preciosos para a difusão e a penetração do dispositivo da sexualidade, cujo objetivo é fazer “proliferar, inovar, inventar, penetrar corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”.³¹ Em psicanálise, a família aparece em termos de complexos de Édipo e de castração, isto é, como as linhas que organizam e estruturam as montagens e os limites da subjetividade desejanse. Com a crescente demanda social por cirurgias de transgenitalização, observa-se um redimensionamento dos discursos sobre Édipo por parte daqueles que são contrários à demanda transexual. A família edípica continua a ser a referência estável nessas discussões, mas há certa tendência a articular o debate em torno do conceito de diferença sexual. Obviamente, o conceito sempre ocupou um lugar importante nas formulações psicanalíticas, mas, nas discussões hodiernas sobre a legalidade e a moralidade da transexualidade, sua referência tem se tornado cada vez mais explícita. E, como consequência, sua importância em certas versões do discurso psicanalítico contemporâneo tem exercido um papel importante no destino da transexualidade, dinamizando formas específicas de relações e de práticas sociais ou, mais precisamente, influenciando e decidindo questões relativas a ela.

Historicamente, a família se afirma, sobretudo a partir do século XVIII, como um dos principais agentes do dispositivo da sexualidade, sobrepondo-se ao dispositivo da aliança que, segundo Foucault, se refere ao “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”.³² O entrelaçamento entre os dispositivos da aliança e da sexualidade torna a família objeto privilegiado das técnicas disciplinares, visto que ela transporta a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. Por isso, a família deixa de ser “uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens”,³³ para se tornar o eixo organizador que servirá de matriz para o indivíduo adulto. Nesse sentido, a família obedece ao dispositivo de soberania, sendo o ponto de engate absolutamente indispensável ao próprio funcionamento de todos os sistemas disciplinares. Em outras palavras, a família nuclear, configurada paulatinamente, entre os séculos XV e XVIII, é

³¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 101.

³² *Idem, ibidem*, p. 117.

³³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 199.



tomada pelo discurso científico como as linhas que organizam e estruturam as montagens e os limites da subjetividade desejante.

Segundo Foucault, a função-psi se encarregará de se tornar instância de controle de todas as instituições e de todos os dispositivos disciplinares,³⁴ fazendo ao mesmo tempo, sem que isso seja contraditório, o discurso da família. A cada instante, como psicopedagogia, como psicologia do trabalho, como criminologia, como psicopatologia etc., a função psi naquilo a que ela remete, na verdade que ela constitui e que ela forma, e que desenha para ela toma a família como seu referencial. Para Foucault, a função psi tem por referencial constante a família, a soberania familiar, e isso na medida mesma em que é a instância teórica de todo dispositivo disciplinar. Assim, a psicanálise faz parte da “função psi”, entendida como propõe Michel Foucault:

a função psiquiátrica, psicopatológica, psicossociológica, psicocriminológica, psicanalítica, etc. e, quando digo “função”, entendo não apenas o discurso mas a instituição, mas o próprio indivíduo psicológico. É creio que é essa função desses psicólogos, psicoterapeutas, criminologistas, psicanalistas, etc.; qual é ela, senão ser os agentes da organização de um dispositivo disciplinar que vai se ligar, se precipitar onde se produz um hiato na soberania familiar?³⁵

Considerações finais

O discurso sobre a diferença sexual como uma realidade dimórfica é algo bastante recente na cultura ocidental.³⁶ Assim, tratar a diferença sexual como da ordem da irredutibilidade é ignorar, por exemplo, a crítica de Judith Butler³⁷ com relação à materialidade dos corpos; crítica cuja pretensão não é negar a materialidade corporal, mas pôr em evidência os processos e as práticas discursivas mediante os quais certos aspectos corporais se convertem em definidores de gênero e de sexualidade e, em decorrência, como definidores dos sujeitos. Ademais, seria ignorar o caráter produtivo e subjetivante do poder e, como consequência, das categorias sociais, que servem de grade de inteligibilidade para o sujeito. Ao se discutir a transexualidade, deveríamos começar pelo questionamento do próprio sentido do termo, tendo em vista que o que está em jogo, entre outros fatores, é a identificação subjetiva na busca por inteligibilidade social. O trabalho de Larissa

³⁴ É importante dizer que o poder disciplinar “tem a dupla propriedade de ser anomizante, isto é, de sempre pôr de lado certo número de indivíduos, de ressaltar a anomia, o irredutível, e de ser sempre normalizador, de sempre inventar novos sistemas recuperadores, de sempre estabelecer a regra. Um perpétuo trabalho da norma na anomia caracteriza os sistemas disciplinares.” (FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 68)

³⁵ FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 105-106.

³⁶ Cf. LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

³⁷ BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del ‘sexo’*. Buenos Aires: Paidós, 2002.



Pelúcio³⁸ é bastante emblemático a respeito do que foi afirmado há pouco, qual seja, a idéia de que a identificação do sujeito com esse ou aquele padrão identitário é resultado da complexa interação entre as categorias sociais que tornam sua inteligibilidade possível e suas experiências existenciais singulares.

O importante é refletir sobre os mecanismos a partir dos quais o sujeito é impelido a assumir certa posição sexuada marcada dentro da esfera do simbólico. Contra o “naturalismo” com o qual a diferença sexual é tratada, pode-se argumentar que a anatomia não é um referente estável, mas dependente de um esquema imaginário. Por isso, parecem-me oportunas as palavras de Butler, sobretudo, quando a autora afirma que

Desde sempre um signo cultural, o corpo estabelece limites para os significados imaginários que ocasiona, mas nunca está livre de uma construção imaginária. O corpo fantasiado jamais poderá ser compreendido em relação ao corpo real; ele só pode ser compreendido em relação a uma outra fantasia culturalmente instituída, a qual postula o lugar do “literal” e do “real”. Os limites do “real” são produzidos no campo da heterossexualização naturalizada dos corpos, em que os fatos físicos servem como causas e os desejos refletem os efeitos inexoráveis dessa fisicalidade.³⁹

Em outras palavras, o sexo conquista sua materialidade em virtude da reiteração forçada de normas, o que quer dizer que a matéria não é apenas um lugar ou uma superfície, mas um processo de materialização, cuja estabilidade se realiza através do tempo para produzir efeitos de fronteira, de permanência e de superfície. Essa idéia incide, diretamente, sobre o “naturalismo” com o qual a diferença sexual ou, mais precisamente, a diferença anatômica, tem sido tratada em psicanálise. Essa perspectiva abre a possibilidade de se perceber que novos signos e novas formas de diferença, concorrentes e conflitantes entre si, estão sendo tecidos, revelando o caráter socialmente contingente das relações sociais e das formas institucionalizadas de subjetivação e de vínculos sociais.

Bibliografia

BENTO, Berenice. “Da transexualidade oficial às transexualidades”. In: PISCITELLI, Adriana et al (orgs.). *Sexualidade e saberes: saberes e convenções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *A reinvenção do sexo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del ‘sexo’*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

³⁸ PELUCIO, Larissa. “Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação sexual entre clientes e travestis que se prostituem”. In: BENITEZ, María & FIGARI, Carlos (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

³⁹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 108.



- _____. *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). In: *Revista Brasileira de História*, 21 (41), 2001, pp. 77-111.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- CHILAND, Colette. *O transexualismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2008 [2003].
- _____. *O sexo conduz o mundo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. “O sexo verdadeiro”. In: *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FRIGNET, Henri. *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002 [2000].
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3: as psicoses [1955-1956]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.
- _____. “A significação do falo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- _____. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente [1957-1985]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MILLOT, Catherine. *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta, 1992 [1983].
- PELUCIO, Larissa. “Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação sexual entre clientes e travestis que se prostituem”. In: BENITEZ, María & FIGARI, Carlos. (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- PENACCHI, Rosely. “Transexualismo”. In: VIVIANI, Alejandro Luis. *Temas da clínica psicanalítica*. São Paulo: Experimento, 1998.
- PERSON, Ethel S.; OVESEY, Lionel. “Teorias psicanalíticas de identidade de gênero”. In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999.
- POMMIER, Gérard. “Existe uma distribuição lógica das homossexualidades?” In: *A clínica lacaniana: as homossexualidades. Revista Internacional*, nº4. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo: introdução a uma teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- STOLLER, Robert. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.